

À guisa de apresentação: a permanente atualidade da sociologia urbana

Dentro das ciências humanas, colocar a cidade como um objeto significou um enorme esforço e exigiu uma multiplicidade de olhares, todos significativos. No Brasil temos também uma certa tradição em pensar a cidade e a questão urbana. O enfoque utilitarista prevaleceu na maioria das análises feitas, condicionando a compreensão do caráter político da urbanização. De fato, a produção intelectual condicionou-se às evidências empíricas de que a transferência da população do campo para as cidades apresentava aos nossos olhos, o que se traduzia nas carências absolutas de condições materiais básicas para uma vida numa cidade. Implícita ou explicitamente a noção de *déficit* permeava as análises: faltava água, esgoto, transporte, habitação, saúde, educação, numa infindável listagem de bens coletivos que têm que estar presentes quando se vive em uma aglomeração. Esquecia-se, muitas vezes, de que a urbanização brasileira se efetivou num período de tempo extremamente curto comparado, por exemplo, àquele secular vivido pela Europa. Em três décadas passamos de uma sociedade a dominante agrária para uma outra, urbana/industrial: em tais condições, são absolutamente esperados os *déficits* nos estoques de infra-estrutura urbana.

Se retornarmos no tempo iremos perceber que nesta produção intelectual se privilegiava o papel do Estado como o agente responsável pela oferta destes bens à população. É possível perceber também que havia nas análises um enfoque quase que absoluto no estudo das ações do poder executivo. Talvez porque logo no início dos anos 60 o país estava entrando no regime militar com restrições enormes aos poderes legislativo e judiciário, condicionando as reflexões sobre nossa realidade, numa postura de resistência à *ordem* então estabelecida.

Entretanto, a criação do SERFHAU, ainda nesta época, já dava mostras de que a lógica da burocracia iria permear as ações do executivo inserida que estava numa concepção autoritária da ação estatal. Insistia-se na necessidade de ordenar o processo social segundo o princípio de que só assim se poderia evitar problemas provocados pela anarquia do mercado. A prática do planejamento caía aí como uma luva. Vivíamos então os resultados positivos

do Plano de Metas e a economia dava sinais de um crescimento seguro e permanente. O Estado, pouco a pouco, passou a assumir a responsabilidade pela oferta da infra-estrutura urbana, afastando a iniciativa privada dos setores ditos estratégicos. Abria-se assim o caminho para a ambigüidade — dita inerente — da política urbana: iludiamos-nos com a perspectiva de que a estatização da oferta dos serviços coletivos poderia significar passos importantes na construção de um Estado do Bem-Estar, nos moldes do paradigma europeu.

* * *

O que se viu a seguir foi um distanciamento cada vez maior entre a sociedade e o Estado quanto à política urbana. Salvo o exemplo já clássico do BNH, que financiou às custas do FGTS todo o estoque de apartamentos para uma classe média então ascendente, as ações para o restante da população se restringiam a uma expansão aritmética na oferta dos serviços coletivos para uma população urbana que crescia geometricamente. Neste quadro, a produção do espaço urbano deixou de ser um assunto de interesse apenas de acadêmicos e tecnocratas e adquiriu uma ambivalência ímpar: ao lado de uma politização crescente das populações excluídas dos benefícios da urbanização, grandes negócios passam a serem responsáveis pela movimentação de vultosa massa de capital.

O modelo de desenvolvimento então em vigor se calcava na indústria que preferencialmente se localizava nas maiores cidades, exatamente pela disponibilidade de mão-de-obra. A excessiva concentração populacional em poucos centros terminou por escancarar uma outra obviedade: população migrante é população à procura de emprego e este está onde o capital está. Até então, um sempre precisou do outro. A angústia que permeava a visão da tecnocracia se refletia numa constatação do óbvio: por mais que se fizesse, os *déficits* eram sempre crescentes, parecendo indicar que a solução do problema estava, no mínimo, mal formulada. As cidades continuavam a crescer desordenadamente, a população continuava a deixar o trabalho agrícola, as metrópoles passavam a ser sinônimo de violência, poluição com baixa qualidade de vida para parcelas enormes da população nelas residentes.

Assim, a presença do Estado na gestão deste espaço urbano termina por politizá-lo. Se fizermos um balanço dos processos políticos que foram responsáveis pela queda da *ordem* militar no comando do Estado iremos comprovar que estes se originaram, na maioria dos casos, nas grandes cidades industriais e nestas origens estavam respaldados pelas péssimas condições de

vida dos moradores em suas áreas pobres. A visibilidade dos problemas cotidianos destas classes pobres nas cidades está na origem do aparecimento dos movimentos sociais urbanos, bases de todo o movimento de organização dos trabalhadores no país. Assim, de um lado o arrocho salarial nas fábricas terminou por induzir uma moderna estrutura sindical nos grandes centros; de outro, o espaço da moradia dos assalariados escancarava a exclusão destes do processo social em curso. Revela-se assim a íntima relação do mundo do trabalho com o mundo do não trabalho complexificando o fazer política na sociedade brasileira: novos atores entram em cena trazendo novos parâmetros para o exercício da democracia em nossa sociedade.

Por outro lado, a origem da intervenção “racional” do Estado na produção do espaço urbano significou uma expansão de mais um campo de atuação do poder público na realidade. De fato, o Estado sempre tratou de garantir um mínimo de infraestrutura às cidades. Entretanto, se retornarmos no tempo esta entrada atendia principalmente às demandas de condições de funcionamento de unidades industriais e a algumas ações que respondiam às expectativas de conforto por parcelas restritas das classes dominantes.

É importante lembrar que até a década de 30 deste século eram os empresários que se responsabilizavam pelos itens de reprodução de seus trabalhadores, fornecendo moradia, saúde, educação, etc. A passagem desta responsabilidade para o Estado é um processo que vai se dar sobretudo a partir do estabelecimento do salário mínimo nas relações entre patrões e empregados, refletindo uma diminuição no custo de reprodução destes trabalhadores. Cumprindo a lei do salário mínimo, isentavam-se da necessidade de oferecer os serviços coletivos, isto em um momento em que a indústria cada vez mais se firmava como eixo de uma acumulação e se iniciava esta epopéia que foram os fluxos migratórios do campo para a cidade no Brasil.

Esta questão e suas implicações já foram suficientemente estudadas e, salvo alguns poréns, há consenso nas explicações formuladas. Ao mesmo tempo ela é ilustrativa do fato de que a intervenção estatal em nossas cidades não foi, na sua origem, resultado de elocubrações de algum esquerdista raivoso. Pelo contrário, ela atendia e atende a interesses precisos de setores do capital que se beneficiam deste fato. Devemos nos lembrar que mesmo se o capital industrial repassa para o Estado a responsabilidade de reprodução do trabalho isto não vai significar um afastamento absoluto do capital em geral de seus interesses na reprodução. Ao contrário, é uma nova fracção do capital — o imobiliário — que aparece transformando a produção do urbano em um novo espaço da acumulação. Os economistas urbanos da corrente marxista já discutiram este ponto em seus detalhes mais precisos.

* * *

Outro aspecto que também merece mais detalhe é a questão da politização do espaço urbano à qual já fizemos referência acima. A cidade é, de fato, um lugar de tensões de toda ordem. De um lado, trata-se de um espaço que traz uma visibilidade absolutamente primorosa da sociedade. Neste sentido, trata-se de um lugar da *consciência primária* da realidade social, pois ele escancara no dia-a-dia as desigualdades e as diferenças num processo defetichizador dos discursos ideológicos da igualdade. Esta característica não se resume apenas às evidências no nível do acesso a bens materiais de consumo. Isto seria talvez o nó górdio desta visibilidade, difícil, ou mesmo impossível, de esconder. A sociologia urbana já teorizou com competência este aspecto. Ao lado dele, é na percepção subjetiva da realidade que o fenômeno urbano atinge a sua complexidade maior. Senão, vejamos:

Os estímulos cotidianos aos quais estamos submetidos quando vivemos nas cidades atuam como indutores de ideologias em permanente mutação. Submetidos a um literal bombardeio de estímulos múltiplos, diversificados, é impossível ficar ausente, mantê-los à distância. A vida urbana situa-se, portanto, entre as tensões que a constituem: tensões entre a distância e a proximidade, entre a localização e a mobilidade, entre a heterogeneidade e a integração, entre as linhas de força que comandam o futuro das cidades e a gestão coletiva das questões urbanas. Por outro lado, a vida urbana é, toda ela, calcada sob o signo da mobilidade: migrações, mobilidades residenciais, deslocamentos diários decorrentes da especialização dos espaços, etc. Estes fatores de mobilidade são indutores de desestabilizações, de certezas, de pertencimento. Mas eles são também os meios e os signos de adaptações mais ou menos viabilizadas das exigências de um indivíduo urbano.¹

E esta é uma característica à qual todos nos submetemos, independente do *status* econômico ou social. É em decorrência dela que podemos considerar a urbanização da sociedade como o fato cultural por excelência da era moderna, que vai atingir o seu apogeu neste fim de século com a chamada revolução tecnológica.

O processo de urbanização tende a afetar de forma muito mais ampla o conjunto das atividades sociais, das populações e dos espaços. Este movimento

¹ O texto de G. Simmel: A metrópole e a vida mental publicado na coletânea "O fenômeno urbano", org. por Guilherme Velho (Zahar, Rio de Janeiro, 1979) é uma excelente referência a este ponto.

em vias de generalização impregna as condições de existência, as maneiras de viver e as mentalidades, até mesmo nas pequenas cidades rurais, que podemos ainda classificar de tradicionais. As pessoas são diferentes dentro da ótica neo-liberal: são produtos da educação, criaturas da cultura e, por isso, dóceis e flexíveis, passíveis de serem reformadas. O sentimento dominante neste modelo

é a sensação de um novo tipo de incerteza a respeito da futura configuração do mundo, da maneira correta de viver nele e pelos quais julgar os acertos e erros na maneira de viver.²

Justamente, é a revolução cultural quem vai capitalizar este fenômeno, investindo maciçamente na inovação dos meios de comunicação, gerando aqui também um setor, até então original, da acumulação, a chamada indústria do entretenimento, por sinal uma das mais dinâmicas neste fim de século. Assim, o argumento aqui vai no sentido de reafirmar que é graças às cidades que se tornou possível a socialização dos indivíduos em uma escala até então inatingida e, *pour cause*, elas estão na essência daquilo que se quer como sociedade, hoje através de “efeito-demonstração” construído virtualmente.

Não se trata de descartar a vida rural tal qual a imaginávamos. Mesmo porque aquele mundo está restrito às memórias de nossos ancestrais, haja vista a generalização do *modo de vida urbano* para o território no seu conjunto. O que sobra vai sendo tratado como um fenômeno *exótico* que corresponde ao filé *mignon* da indústria do turismo nas nossas regiões tropicais. Isto porque são a excessão de uma tendência inexorável que é a generalização das relações mercantis/monetárias, condição básica para a existência da mercadoria. As contradições que, porventura, existem entre o mundo rural e o mundo urbano não resistem a uma análise mais acurada que vai mostrar que, se diferenças existem entre os dois, estas se devem mais a estruturas de poder arcaicizantes que insistem em manter populações inteiras alheias às vantagens que o sistema pode oferecer, o que, para o caso brasileiro, encontra no mundo rural a sua manifestação mais crua.

Ao mesmo tempo, no caso de regiões ou países ainda em posição de subordinação frente àquelas economicamente mais avançadas caberia ressaltar dois pontos: de um lado, a nossa enorme heterogeneidade sócio-econômica condicionando uma inserção *atravessada* no sistema, manifestada sobretudo no padrão desigual de consumo de bens e serviços disponíveis; de outro lado,

² Ver a este respeito o excelente trabalho de Zygmunt Bauman: “O mal-estar da pós-modernidade”, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

um grau de informação sofisticado que em escalas distintas alcança os mais distantes pontos dos territórios nacionais através sobretudo da chamada mídia eletrônica que transmite imagens de mundos fantásticos valorizando um padrão de vida cosmopolita, urbano. Aqueles indivíduos impedidos de participarem do jogo consumista são tratados como “objetos fora do lugar”, incapazes de serem considerados indivíduos “livres”. Muitos dos chamados Estados Nacionais não passam de “quase Estado” com soberanias precárias. O processo de globalização é que se manifesta de maneira desigual, no sentido em que enfraquece alguns Estados e fortalece outros. Entretanto nada disso remete à tese da extinção do Estado. Este apenas renuncia ao seu papel de regulação restringindo-se a uma única função: a desregulamentação torna-se um fim em si, e não um meio (estabiliza-se para continuar estável). Os efeitos acabam sendo perversos: exclusão, concentração, centralização. Para a legitimidade ideológica desta função o argumento é o “ajuste” por trás do qual se pressupõe que os efeitos indesejáveis e perversos são transitórios. No limite esta situação conduz a um mobilismo, ou seja, os efeitos perversos continuam se reproduzindo.

* * *

O fenômeno é hoje global. Os chamados bens duráveis de consumo, dentro dos quais se incluem os aparelhos de TV, os rádios, os vídeos, etc. se transformam em bens de consumo de massa, desejados pôr todos os grupos sociais, independente de seus níveis de renda. De fato, a integração ao mercado e, logo, ao sistema, vai se fazer muito mais por uma *sensação* do que por uma participação em benefícios sociais daí advindos: é toda uma concepção estética que se adequa a uma realidade virtual recriando valores, comportamentos, ideologias.

Trata-se aqui de um processo de *dominação passiva* longe dos modelos analíticos mais tradicionais calcados na exploração do trabalho pelo capital. Naqueles modelos, discutiu-se muito a exploração capitalista como inerente às relações sociais; alguns autores avançaram o argumento segundo o qual havia uma falsa ilusão de liberdade no interior das relações de trabalho, mas que no essencial os mecanismos de exploração eram parte efetiva no trabalho assalariado. Era a chamada abstração real que necessitava de uma dose elevada de conscientização para poder ser captada. Trata-se aqui de um ponto capital na produção intelectual das ciências sociais, especialmente em sua vertente marxista. Mesmo neste caso, o fenômeno visto como um movimento global não pode mais ser explicado única e exclusivamente dentro dos

pressupostos do marxismo. As práticas de dominação se aperfeiçoam constantemente, ultrapassando a capacidade explicativa dos arcabouços teóricos clássicos.

Hoje nesta *dominação passiva* o sujeito deixa de ter uma autonomia que lhe permite certa capacidade de resistência frente à estrutura de dominação existente: passa agora a receber estímulos do sistema que terminam por ser incorporados à sua forma de ser. O individualismo como prática de vida encontra aí a sua expressão mais pura, criando espaço para uma ideologia antiga, travestida de modernidade, comsubstanciando o neo-liberalismo. As transformações em curso abarcam o conjunto da vida social, alterando as próprias personalidades individuais: estas tornam-se flexíveis adaptando-se à própria flexibilização do mercado de trabalho. Pode-se argumentar, nesta linha que identidades individuais sólidas terminam por encontrar maiores dificuldades de adaptação no mundo hoje. O resultado é a criação de identidades flexíveis, maleáveis, adaptáveis. Implanta-se assim um novo sistema de idéias que, na essência, não traz muito de original. Não há, por exemplo, diferenças essenciais entre o liberalismo clássico e a sua versão mais recente; o que muda são as circunstâncias em que ambos acontecem. Entretanto, antes como agora enfatiza-se a necessidade de despolitizar a vida, sob a argumentação de que a regulação de cotidiano se daria via mercado. De fato, o indivíduo *blasé* de Simmel acaba encontrando o seu ambiente ideal.

Neste cenário, que tem no espaço urbano o seu *locus*, as teses do liberalismo clássico vão estar dependentes de certas circunstâncias que dependem da possibilidade de se contrapor a um conjunto de doutrinas que até então eram hegemônicas (marxismo, Welfare-state, cooperativismo, sindicalismo, etc.). O significativo, além do mais, é que esta nova hegemonia não se restringe mais apenas à economia mas abarca agora, também e sobretudo, a cultura. Consolida-se assim um pensamento hegemônico em matéria econômica e social como *pensamento único*. Esta expressão não é uma mera especulação intelectual, na medida em que se trata de um pensamento levado à prática em políticas públicas concretas. Em outros termos, não se trata de uma escola de pensamento, mas principalmente de uma forma de atuar e de ordenar funcionalmente a sociedade.³

* * *

³ Conforme Marques-Pereira, Jaime: *La Pensée Unique en Amérique Latine* - Institut des Hauts Etudes de l'Amérique Latine, Paris, 1976, mimeo s/ referência.

A atual fase da globalização, em que o poder de Estado foi minado em importantes aspectos de sua dimensão, foram recolocadas velhas questões. A dominação, por exemplo, deixou de apresentar no Estado o seu *locus* principal. Mais do que isso, a própria idéia de nação deixou de se constituir em uma referência cultural na medida em que todas estão sujeitas a uma gama enorme de influências, uma parte delas absolutamente incontrolláveis pelo Estado. O território físico deixou de estabelecer seus limites, suas fronteiras, pois são múltiplas as influências que ele recebe e não controla. Hoje, de nossa casa, sabemos o que se passa no mundo todo no momento em que as coisas ocorrem numa reversão absoluta dos parâmetros de tempo e espaço.⁴ O fenômeno ultrapassa em anos-luz as teses do imperialismo, tão caras aos marxistas, para explicarem a expansão do sistema capitalista ainda no início deste século. As sociedades nacionais se transformam em globais, o multiculturalismo ocupa o lugar da cultura única e a nacionalidade apresenta tendências a desaparecer tal e qual fizemos com culturas pré-colombianas que permanecem em alguns casos como folclore de um passado sem retorno. Mais uma vez as cidades aparecem como laboratório privilegiado desse processo.

Mesmo assim sendo, a perspectiva (ou utopia) de um mundo onde se generalize uma acessibilidade unicamente programada significará, de certa forma, a morte da cidade, como nota o antropólogo Ulf Hanners:

a acessibilidade urbana, hoje como no passado, é parcialmente planejada mas também parcialmente aleatória. Esbarrar com alguém que não conhecemos, assistir a cenas que não previmos, eis aí as experiências que, sem dúvidas, não são nem úteis nem agradáveis, mas que têm suas conseqüências particulares tanto sobre o plano pessoal como sobre o plano social e cultural... o fato de que encontramos, por acaso, alguma coisa mesmo quando não a procurávamos, é talvez uma aptidão que privilegia a vida urbana.⁵

Viver sob condições de esmagadora incerteza é uma experiência inteiramente distinta da de uma vida subordinada à tarefa de construir a identidade, e vivida num mundo voltado para a constituição da ordem. Esta gama de transformações que encontram no urbano a sua manifestação concreta recoloca questões teóricas absolutamente originais.

É neste profundo processo de transformações na sociedade que deve ser inserida a reflexão sobre o fenômeno urbano. Se de certa forma ele

⁴ A este respeito ver o livro *O que é virtual* de Pierre Lévy, São Paulo: Editora 34, 1996.

⁵ Ulf Hanners - *Explorer la ville*, traduzido e apresentado por Isaac Joseph, Paris, Editions de Minuit, 1983, pag. 154 (Tradução nossa).

permanece como fenômeno aparentemente imutável — é sempre do deslocamento da população no território que se trata — na essência trata-se de decodificar algo novo e original, que a vida urbana está a indicar tendências. Retrospectivamente, foi a procura de uma “cultura urbana” que conduziu as reflexões da chamada *Escola de Chicago* nos anos 20 deste século; pois bem, guardadas as proporções, a questão continua impregnada de uma atualidade ímpar. Ao mesmo tempo, a sociologia vem se mostrando capaz de incorporar às suas preocupações as mutações sociais da contemporaneidade: dentro de seus quadros analíticos redefinem-se temas e metodologias. Este movimento termina por evidenciar justamente a irreversibilidade de olhares múltiplos das ciências humanas sobre os fenômenos societários. Pois bem, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade sempre caracterizam o campo dos estudos urbanos.

* * *

O presente número temático de *Sociedade e Estado* debruça-se sobre este caleidoscópio que é o fenômeno urbano. Os artigos selecionados cobrem diferentes dimensões do espaço procurando trazer aos estudiosos desta problemática alguns olhares possíveis e atuais que podem enriquecer o *campo* da sociologia urbana, sem sequer a remota intenção de cobrir a totalidade destas possibilidades.

A estrutura do presente número poderia ser assim sintetizada:

O texto da professora Marília Steinberger da Universidade de Brasília resgata as propostas da política urbana/regional no Brasil nestas últimas décadas e lança elementos que nos permitem perceber a importância estratégica que a organização do espaço urbano e seus agentes tiveram na formação social do Brasil, importância esta, aliás, até hoje presente.

O professor Bruno Lautier (IEDES - Paris) apresenta-nos uma síntese crítica do debate sobre a pobreza na América Latina especialmente os seus efeitos sobre as políticas formuladas e implementadas para contornar este grave problema em nossas sociedades. Em se tratando de um tema que se coloca como pano de fundo a uma gama enorme de estudos urbanos entre nós, sua atualidade é inquestionável.

As professoras Ilse Scherrer-Warren (UFSC), Tamara Tania Cohen Egler (IPPUR-UFRJ) e Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR-UFRJ) apresentam artigos que apontam para novas abordagens sociológicas sobre o fenômeno urbano, sobretudo face ao novo paradigma técnico-científico que está redefinindo a vida em sociedade. É inegável a influência deste paradigma no

mundo contemporâneo, o que nos coloca a exigência intelectual de refletir sobre sua lógica e seus efeitos na vida urbana moderna.

Na seqüência os textos das professoras Irllys Alencar Firmo Barreira (UFC), Bárbara Freitag Rouanet (UnB), Maria Cristina C. Machado (UFGO) e Márcio de Oliveira (UFPR) refletem sobre a cidade a partir de olhares diversos mas todos com a mesma intensidade, são artigos que vão desde a reflexão sobre a cidade em momentos específicos (campanha eleitoral), a sua presença nas entrelinhas da literatura, as suas transformações, face aos novos processos culturais mundializados e o imaginário que decorre da vida nas cidades.

Finalmente o texto da professora Maura Vêras (PUC-SP) estuda os nexos mundiais espaciais/urbanos que se dão no interior das grandes metrópoles mundiais neste fim de século. O tema é também oportuno e, em se tratando de um estudo ainda em elaboração, nos permite somar às reflexões que estão na vanguarda dos estudos urbanos neste fim de século no Brasil.

Caberia, enquanto organizador deste número um agradecimento especial à professora Maria Lucia Maciel de nosso Departamento, que com a sua enorme paciência e gentileza se responsabilizou pela revisão de todos os textos aqui presentes e muito nos estimulou com suas críticas e observações sempre oportunas.

Brasilmar Ferreira Nunes

Organizador